

BLOCO I – LINGUAGENS, CÓDIGOS, ESTATÍSTICAS E SUAS TECNOLOGIAS**LÍNGUA PORTUGUESA****01 Texto 01 para as questões de 01 a 06.****Cultivar a amizade**

No Brasil, o ideal da família como fonte de segurança de felicidade permanece forte. Apesar de estar aumentando consideravelmente o número de brasileiros que vivem sozinhos por opção, o valor da vida em família ainda é dominante.

A escolha de não ter filhos, apesar de cada vez mais frequente, não é totalmente legítima em nossa cultura. As brasileiras que fazem essa escolha ainda são percebidas como desviantes e são muito questionadas sobre as razões de optarem por algo fora do modelo tradicional.

Uma das principais razões apontadas para a decisão de ter filhos é a necessidade de ter segurança, amparo, apoio e companhia na velhice. As mulheres perguntam para aquelas que optam por não terem filhos: “Mas como vai ser a velhice? Como vai enfrentar uma velhice solitária? Por que não adota?”

A imagem do velho sozinho é associada ao abandono, desamparo, fracasso, insegurança. Os filhos são vistos como uma possível proteção contra a velhice solitária e infeliz, uma espécie de seguro contra a velhice desamparada.

GOLDENBERG, Mirian. A Invenção de uma Bela Velhice. Ed. Record. p.85-86. 2021

01. Após a leitura do texto 01, segundo a autora,

- A) todo velho é desamparado pela sociedade.
- B) os filhos são uma proteção garantida contra a velhice solitária.
- C) exclusivamente no exterior, a família é considerada fonte de segurança de felicidade.
- D) a cultura brasileira ainda não legitimou totalmente a opção por não ter filhos.
- E) as brasileiras que excluem filhos de seu projeto de vida são muito respeitadas pela população.

02. Sobre Acentuação, observe os itens abaixo, sobretudo os termos neles destacados em maiúscula:

- I. “...o ideal da FAMÍLIA como fonte de segurança de felicidade...”
- II. “Apesar de estar aumentando consideravelmente o NÚMERO de brasileiros...”
- III. “...não é totalmente LEGÍTIMA em nossa cultura.”
- IV. “Os filhos são vistos como uma POSSÍVEL proteção...”
- V. “...uma ESPÉCIE de seguro contra a velhice desamparada.”

Sobre esses termos destacados, assinale a alternativa que contém uma afirmação CORRETA.

- A) No item I, o termo é acentuado por ser paroxítona terminada em ditongo crescente.
- B) No item II, a tonicidade do termo recai na penúltima sílaba.
- C) No item III, o termo se acentua por ser proparoxítona terminada em ditongo.
- D) No item IV, o termo é acentuado por ser paroxítona terminada em “el”.
- E) No item V, o termo obedece à mesma regra de acentuação do termo “possível”.

03. Em relação à Pontuação, assinale a alternativa CORRETA.

- A) “No Brasil, o ideal da família como fonte de segurança de felicidade permanece forte” – neste trecho, estaria também correto se houvesse uma vírgula após o termo “felicidade”.
- B) “A escolha de não ter filhos, apesar de cada vez mais frequente, não é totalmente legítima em nossa cultura.” – as vírgulas separam orações coordenadas.
- C) “...é a necessidade de ter segurança, amparo, apoio e companhia na velhice.” – as vírgulas separam elementos de mesma função sintática.
- D) “A imagem do velho sozinho é associada ao abandono, desamparo, fracasso, insegurança.” – as vírgulas separam orações coordenadas.
- E) “...como uma possível proteção contra a velhice solitária e infeliz, uma espécie de seguro contra a velhice desamparada.” – a vírgula isola termos que explicam o seu antecedente.

04. Observe o fragmento de texto abaixo:

“As brasileiras que fazem essa escolha ainda são percebidas como desviantes e são muito questionadas sobre as razões de optarem por algo fora do modelo tradicional.”

Se o termo “brasileiras” estivesse no singular, mantendo-se os tempos verbais, estaria **CORRETO** o texto indicado na alternativa

- A) A brasileira que faz essa escolha ainda são percebidas como desviantes e são muito questionadas sobre as razões de optarem por algo fora do modelo tradicional.
- B) A brasileira que fez essa escolha ainda é percebida como desviante e é muito questionada sobre as razões de optar por algo fora do modelo tradicional.
- C) A brasileira que fará essa escolha ainda será percebida como desviante e será muito questionada sobre as razões de optar por algo fora do modelo tradicional.
- D) A brasileira que faz essa escolha ainda é percebida como desviante e é muito questionada sobre as razões de optar por algo fora do modelo tradicional.
- E) A brasileira que fazem essa escolha ainda é percebida como desviante e é muito questionada sobre as razões de optarem por algo fora do modelo tradicional.

05. Em qual alternativa abaixo, o termo destacado em maiúsculo está INCORRETAMENTE classificado nos parênteses?

- A) “...o valor da vida em família ainda é **DOMINANTE**.” (Substantivo)
- B) “Apesar de estar aumentando **CONSIDERAVELMENTE** o número de brasileiros...” (Advérbio)
- C) “As brasileiras **QUE** fazem essa escolha ainda são percebidas...” (Pronome relativo)
- D) “As mulheres perguntam para aquelas que optam **POR** não terem filhos...” (Preposição)
- E) “Como vai enfrentar uma velhice **SOLITÁRIA**?” (Adjetivo)

06. Assinale a alternativa cujo termo em parênteses NÃO tem o mesmo significado do termo destacado em maiúsculo no texto.

- A) “Apesar de estar aumentando **CONSIDERAVELMENTE** o número de brasileiros...” (Significativamente)
- B) “...e são muito **QUESTIONADAS** sobre as razões de optarem por algo...” (Menosprezadas)
- C) “As brasileiras que fazem essa escolha ainda são **PERCEBIDAS**...” (Consideradas)
- D) “As mulheres **PERGUNTAM** para aquelas que optam por não terem filhos...” (Indagam)
- E) “Os filhos são vistos como uma **POSSÍVEL** proteção contra a velhice solitária...” (Provável)

Texto 02 para a questão 07.

Por mais nobre que seja a causa, nunca use a violência como justificativa. Se queremos conquistar um futuro melhor, não podemos usar as mesmas armas que nossos inimigos usam para nos ferir.

Disponível em: <https://www.42frases.com.br/frases-contra-a-violencia/> Acesso em 23/02/2023

07. Sobre o texto 02, é CORRETO afirmar que

- A) nele existem apenas 04 orações.
- B) nele existem apenas orações coordenadas.
- C) em “Se queremos conquistar um futuro melhor, **NÃO PODEMOS USAR AS MESMAS ARMAS** que nossos inimigos usam para nos ferir.” – os termos destacados em maiúscula funcionam como oração principal.
- D) “nunca use a violência como justificativa” – é classificada como oração subordinada substantiva.
- E) “...que nossos inimigos usam...” – classifica-se como oração subordinada adverbial.

Texto 03 para as questões 08 e 09.



Disponível em [google.com/search?q=frases+sobre+amor+ao+proximo&rlz=1c1gcea_enbr977br](https://www.google.com/search?q=frases+sobre+amor+ao+proximo&rlz=1c1gcea_enbr977br) acesso em 23/02/2023

08. Ao construir o texto 03, o autor cometeu um erro de

- A) Regência verbal.
- B) Regência nominal.
- C) Concordância nominal.
- D) Concordância verbal.
- E) Acentuação.

09. Ainda sobre o texto 03, ele declara que

- A) o mundo está carente de materialismo.
- B) o próximo é figura de pouca relevância no amor.
- C) o mundo vive a cultura do ódio, embora o seu olhar esteja voltado ao amor.
- D) o mundo necessita de mais amor ao próximo.
- E) sem ódio, o amor não transborda.

10. Sobre texto descritivo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os textos descritivos, em sua grande maioria, são textos autônomos.
- B) O texto descritivo induz o leitor a construir uma imagem mental do objeto ou ser descrito.
- C) A principal finalidade de um texto descritivo é abordar algum assunto e apresentar argumentos.
- D) A descrição sempre é mais objetiva e foca apenas aspectos menos importantes.
- E) A descrição foca apenas detalhes específicos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Considere as afirmações

- I. O alarme foi acionado.
- II. Há emergência se e somente se o sistema é ativado.
- III. O sistema é ativado se e somente se o sistema estiver ligado e o alarme foi acionado.

Sabendo que o sistema estava ligado, é logicamente CORRETO afirmar que

- A) há ou houve emergência.
- B) não há ou não houve emergência.
- C) pode ou não ter havido emergência.
- D) não pode ter havido emergência.
- E) poderia mas não houve emergência.

12. Considere a afirmação “Todos os oficiais também são soldados ou notórios”.

Qual alternativa abaixo representa logicamente um contraexemplo para esta afirmação?

- A) Existe oficial que não é soldado.
- B) Existe oficial que não é notório.
- C) Existe oficial que não é soldado ou oficial que não é notório.
- D) Existe oficial que não é soldado e que não é notório.
- E) Não existem oficiais entre os soldados nem entre os notórios.

13. Um byte é composto por 8 (oito) bits independentes e ordenados de 0 a 7. Cada bit pode assumir apenas um dentre os valores 0 ou 1. Uma senha é formada por 3 (três) bytes sendo que o primeiro byte desta senha sempre possui os seus 04 (quatro) primeiros bits todos iguais a zero, sendo os demais bits deste byte e dos demais bytes independentes uns dos outros. Duas senhas são consideradas distintas, se algum dos bits de qualquer byte na ordem que aparecem na senha forem diferentes.

Nestas condições, a quantidade de senhas distintas possíveis é

- A) menor que 100.000
- B) maior ou igual a 100.000 mas menor que 1.000.000
- C) maior ou igual a 1.000.000 mas menor que 5.000.000
- D) maior ou igual a 5.000.000 mas menor que 10.000.000
- E) maior ou igual a 10.000.000

14. Uma dada doença acomete, em média, cem a cada um milhão de pessoas. Por ser uma doença grave, foi criado um teste para detectar esta doença. A chance do teste dar um falso positivo – ou seja, acusar a doença em uma pessoa que não a possui - é de 5% e de dar um falso negativo – ou seja, não acusar a doença a um portador desta – é de, também 5%. Um paciente fez o teste que deu positivo.

Nestas condições, a chance dele ter a doença é

- A) igual ou superior a 95%
- B) igual ou superior a 50% mas inferior a 95%
- C) igual ou superior a 5% mas inferior a 50%
- D) igual ou superior a 1% mas inferior a 5%
- E) inferior a 1%

15. Quatro candidatos, Antônio, Bernardo, Carla e Denise, fizeram uma prova, todos com notas diferentes uns dos outros, com os seguintes resultados:

- I.** Antônio tirou uma nota menor que Bernardo.
- II.** Bernardo tirou uma nota maior que Carla.
- III.** Denise tirou uma nota maior que Carla.

Nestas condições, pode-se concluir logicamente que, dentre esses candidatos,

- A) Antônio tirou a menor nota.
- B) Bernardo tirou a maior nota.
- C) Denise não tirou a menor nota.
- D) Denise tirou a menor nota.
- E) Carla não tirou a menor nota.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

16. A teoria clássica tem como principais características a ênfase na estrutura organizacional, pela visão do homem econômico e pela busca da máxima eficiência.

Sobre isso, analise os itens abaixo:

- I.** Unidade de comando.
- II.** Unidade de direção.
- III.** Autoridade centralizada.
- IV.** Cadeia escalar.

Assinale a alternativa CORRETA acerca dos princípios da Teoria Clássica.

- A) I, II e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) II e IV, apenas.
- E) I e II, apenas.

17. Numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª no que diz respeito à relação entre as diferentes teorias administrativas e suas respectivas ênfases.

- | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| 1. Teoria da Administração Científica | () Ênfase na organização formal. |
| 2. Teoria Clássica | () Ênfase no ambiente. |
| 3. Teoria das Relações Humanas | () Ênfase na competitividade |
| 4. Teoria Estruturalista | () Ênfase nas tarefas. |
| 5. Novas Abordagens na Administração | () Ênfase nas pessoas. |

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) 4,3,1,2,5. B) 3,5,1,4,2. C) 1,3,5,4,2. D) 2,4,5,1,3. E) 5,3,2,1,4.

18. “A organização identifica e aprende a comportar-se frente a uma multiplicidade de forças ambientais diferentes, de modo a saber aproveitar o embalo das forças favoráveis e a evitar o impacto das forças desfavoráveis para manter sua sobrevivência e seu crescimento.” Assinale a alternativa que indica a variável externa que influencia administrativamente a dinâmica de uma organização.

- | | |
|--|----------------------------------|
| A) Evento festivo da empresa. | D) Mudança de gestão interna. |
| B) Programa de férias dos colaboradores. | E) Falta de material de estoque. |
| C) Inflação. | |

19. “O modelo burocrático enfatiza aspectos formais, controlando processos de decisão, estabelecendo uma hierarquia funcional rígida, baseada em princípios de profissionalização e formalismo.”

Sobre isso, analise os itens abaixo.

- I. Divisão do trabalho.
 II. Hierarquia de autoridade.
 III. Racionalidade.
 IV. Regras e padrões.

Acerca das características da teoria burocrática, assinale a alternativa CORRETA.

- A) I e III, apenas. B) I, II, III e IV. C) II, III e IV, apenas. D) III e IV, apenas. E) I e II, apenas.

20. O desenho de funções e departamentos, além da relação entre gestores e suas equipes, define um modelo de estrutura organizacional do seguinte tipo:

- | | |
|----------------|--------------------|
| A) Adaptativa. | D) Setorial. |
| B) Horizontal. | E) Unidimensional. |
| C) Funcional. | |

21. Em relação aos atributos direcionados às estruturas organizacionais inovadoras, é CORRETO afirmar que

- | | |
|--|---|
| A) as equipes são multifuncionais e autogeridas. | D) as habilidades e competências são resumidas. |
| B) ela é estritamente verticalizada. | E) não é flexível. |
| C) o fluxo de informações é limitado. | |

22. Uma abordagem recente da Administração é a “Teoria da Contingência que defende a visão de que não existe uma única estrutura organizacional que pode ser aplicada a todas as organizações da mesma forma, pois as empresas, os ambientes e os fatores contingenciais são diferentes.”

É CORRETO afirmar que um dos aspectos da teoria contingencial é o seguinte:

- | | |
|---|--|
| A) não ser flexível. | D) estabelece padrões de funções. |
| B) ser um sistema aberto. | E) desconsidera a segurança dos colaboradores. |
| C) não interagir entre si e o ambiente. | |

23. A autoridade é uma relação entre dois indivíduos, um superior, o outro subordinado. O primeiro delimita e transmite decisões na expectativa de que elas serão aceitas pelo subordinado.

Em relação à autoridade nas organizações, é CORRETO afirmar que

- A) deve ser atribuída exclusivamente dentro do nível executivo da organização.
- B) o planejamento da empresa não prevê essa atuação.
- C) é o poder para tomar as decisões que conduzem à consecução dos objetivos.
- D) é a necessidade de se estabelecer limites para atuação apenas no campo operacional.
- E) ela permite ser aplicada por uma empresa concorrente em outra empresa.

24. Dentro do processo de função administrativa, a direção é um deles e se refere ao relacionamento interpessoal do administrador com seus subordinados, considerado o processo de dirigir esforços coletivos para os objetivos desejados. A direção tem como responsabilidade

- A) garantir a continuidade e o sucesso da organização.
- B) preocupar-se com o registro de frequência dos colaboradores.
- C) fiscalizar o trâmite dos visitantes na organização.
- D) apenas assinar documentos importantes da organização.
- E) promover reuniões com fornecedores, apenas.

25. O Processo Decisório está vinculado à função de Planejamento. Ele pode ser visto como um caminho que induz as pessoas a produzirem decisões, tanto em empresas privadas como em órgãos públicos ou em relação à vida pessoal. O processo de tomada de decisão envolve 5 (cinco) etapas.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) Identificação do problema; implementação da ação; correção do problema; coleta de dados; escolha da melhor opção.
- B) Escolha da melhor opção; Busca de oportunidades; identificação do problema; decisão e acompanhamento; Coleta de dados.
- C) Estabelecer metas; busca de oportunidades; coleta de dados; decisão e acompanhamento; identificação do problema.
- D) Identificação do problema; coleta de dados; identificação das alternativas; escolha da melhor opção; decisão e acompanhamento.
- E) Correção do problema; coleta de dados; identificação do problema; busca de oportunidades; estabelecer metas.

26. O processo administrativo é composto de: planejamento, organização, direção e controle.

Assinale abaixo “V” para as sentenças Verdadeiras e “F” para as Falsas acerca do processo “controle”.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> () Define padrões. () Monitora desempenho. () Avalia desempenho. () Realiza ação corretiva. |
|--|

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) V,F,F,V. B) F,F,V,V. C) V,V,F,F. D) F,V,F,V. E) V,V,V,V.

27. A ação do processo administrativo *controle* é caracterizada por sua aplicação nos três níveis de gestão (estratégico, tático e operacional). Numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª no que se refere às categorias de controle.

- | | |
|---------------------------|---------------------------|
| 1. Pré-controle | () Acompanhamento |
| 2. Controle simultâneo | () Planos de ação |
| 3. Controle por retroação | () Pesquisa |
| | () Plano estratégico |
| | () Revisão do desempenho |
| | () Observação |

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) 1,3,2,1,3,2. B) 2,1,3,1,3,2. C) 3,1,1,2,3,2. D) 2,1,1,3,2,1. E) 3,3,2,1,2,2.

28. A cultura organizacional é como a empresa lida com as questões humanas, éticas, hierárquicas, técnicas, e como essa postura afeta direta e indiretamente os resultados da organização. Uma das boas práticas para conhecer a cultura organizacional é a seguinte:

- A) Informar-se sobre como a empresa investe em seus recursos materiais.
- B) Conhecer as políticas de recursos humanos da organização.
- C) Entender que a empresa não se preocupa com seus colaboradores.
- D) A empresa busca apenas a excelência sem observar os meios de alcançá-los.
- E) Os colaboradores são apenas “recursos” utilizados no processo produtivo.

29. As organizações são “seres” vivos e estão eventualmente promovendo mudanças organizacionais. Muitas vezes, para se ajustar ao mercado, ou mesmo, para adaptar-se ao avanço da sociedade. Através delas, os gerentes estimulam, apoiam e alcançam a inovação das pessoas. Existem três fases para a promoção da mudança organizacional. São elas: *Descongelamento, mudança e recongelamento.*

A fase da *mudança* é uma tarefa do gerente, cabendo-lhe

- A) incentivar a criatividade e inovação.
- B) identificar novos comportamentos.
- C) promover boas relações com as pessoas.
- D) minimizar resistências.
- E) o uso de recompensas de desempenho positivo.

30. “A estrutura mecanicista é caracterizada por conter regras definidas, comunicação hierarquizada, controle e coordenação nos procedimentos e objetivos.”

Assinale “V” para as sentenças Verdadeiras e “F” para as Falsas, em relação às organizações mecanicistas.

- () A hierarquia é formal, estabelecida por meio de um controle rígido.
- () Os papéis de cada um são definidos com clareza, tanto nas descrições dos cargos como na rotina do dia a dia, podendo ser alterado constantemente.
- () As decisões são centralizadas, ou seja, partem de cima para baixo, de acordo com a hierarquia da empresa.
- () A informação sempre é transmitida aos colaboradores.
- () Existe um sistema de controle tanto para os resultados quanto para os seus respectivos processos.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- A) V,V,F,V,F.
- B) F,F,F,V,V.
- C) V,F,V,F,V.
- D) F,F,V,F,V.
- E) V,V,F,F,F.

BLOCO II – CONHECIMENTOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

31. Analise as afirmativas abaixo em relação aos direitos e garantias fundamentais:

- I.** A aplicação de normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais depende da edição de lei complementar.
- II.** Na forma da lei, são gratuitos para os reconhecidamente pobres o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
- III.** Qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo ou propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- IV.** O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

Estão CORRETAS

- A) II, III e IV, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

32. No que diz respeito ao regime constitucional a que é submetido o Poder Executivo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- B) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- C) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- D) Compete privativamente ao Presidente da República vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- E) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

33. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- A) Processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República
- B) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do banco central.
- C) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- D) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- E) Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito

34. No que diz respeito às licitações e contratos administrativos, à luz da Lei Federal nº 14.133 (de 1º de abril de 2021), é CORRETO afirmar que

- A) as normas gerais de licitação e contratação, estabelecidas pela Lei Federal n. 14.133 (de 1º de abril de 2021) para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangem plenamente as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.
- B) a Lei Federal n. 14.133 (de 1º de abril de 2021) não se aplica à locação, concessão e permissão de uso de bens públicos.
- C) para os fins da Lei Federal n. 14.133 (de 1º de abril de 2021), não se consideram como integrantes da Administração Pública as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público.
- D) caberá à administração máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei Federal n. 14.133 (de 1º de abril de 2021), desde que não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculos de parentesco, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
- E) não se subordinam ao regime da Lei Federal n. 14.133 (de 1º de abril de 2021) os contratos que tenham por objeto operações de crédito, interno ou externo, e gestão da dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

35. Não são bens públicos da União:

- A) o mar territorial e os potenciais de energia hidráulica.
- B) as terras de aldeamentos extintos, desde que tenham sido ocupadas por indígenas em passado remoto.
- C) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- D) os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- E) as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países.

36. Leia as afirmativas abaixo em relação à responsabilidade civil do Estado:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">I. É de cinco anos o prazo prescricional para as ações de indenização por danos causados por atos praticados por agentes das pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.II. Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexu causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada. |
|--|

- III.** A Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando inquinados de ilegalidade, no entanto, se a atividade do agente público acarretou danos patrimoniais ou morais a outrem – salvo culpa exclusiva dele –, eles deverão ser ressarcidos nos termos da legislação.
- IV.** É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional de imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes, não se podendo falar em exclusão de responsabilidade por culpa exclusiva da vítima nos casos em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.

Estão CORRETAS

- A) I, II e III, apenas.
 B) I, II, III e IV.
 C) I, II e IV, apenas.
 D) I e II, apenas.
 E) I, III e IV, apenas.

37. No que diz respeito aos princípios aplicáveis à administração pública, é CORRETO afirmar que

- A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, mas não são acessíveis aos estrangeiros.
 B) é garantido ao servidor público civil e ao militar o direito à livre associação sindical.
 C) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público devem ser computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 E) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e nela poderá constar nomes, símbolos ou imagens que realcem o mérito pessoal da autoridade ou servidor público que contribuiu para a realização de tais atos.

38. No que toca ao regime jurídico constitucional a que se submetem os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a assertiva INCORRETA.

- A) O militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.
 B) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
 C) O oficial só perderá o posto e a patente, se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.
 D) Às polícias militares incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de quaisquer infrações penais.
 E) É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de médico que estejam sendo exercidos por médico militar na administração pública direta ou indireta.

39. Analise os enunciados abaixo acerca do procedimento de manifestação de interesse e do sistema de registro de preços, à luz da Lei Federal nº 14.133 (de 1º de abril de 2021):

- I.** É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, no caso de alimento perecível.
II. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 6 (seis) meses e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
III. Faculta-se aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços, gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.
IV. A Administração poderá solicitar à iniciativa privada, mediante procedimento aberto de manifestação de interesse a ser iniciado com a publicação de edital de chamamento público, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública na forma de regulamento. A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações e projetos em razão do procedimento de manifestação de interesse atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório.

Estão INCORRETOS

- A) II, III e IV, apenas.
 B) I, II e III, apenas.
 C) III e IV, apenas.
 D) I, II, III e IV.
 E) II e III, apenas.

40. No que diz respeito ao Poder Executivo, NÃO é competência privativa do Presidente da República:

- A) vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- B) nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- C) autorizar a instauração de processo contra Ministros de Estado.
- D) exercer o comando supremo das forças armadas.
- E) editar Medidas Provisórias com força de lei.

DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSUAL PENAL MILITAR

41. De acordo com o Código Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), assinale a alternativa CORRETA. Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal e em exercício regular de direito.

Não há igualmente crime, quando

- A) o comandante de navio, viatura, aeronave ou oficial de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.
- B) o comandante de navio, viatura, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.
- C) o comandante de navio, viatura, aeronave ou oficial de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios criminosos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.
- D) o comandante de viatura, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.
- E) o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

42. De acordo com o Código Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados, EXCETO

- A) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.
- B) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.
- C) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil.
- D) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.
- E) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração pública, ou a ordem administrativa.

43. Com base no Código Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), analise os itens abaixo. A deserção é configurada ao ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias. São casos assimilados:

- I.** não se apresenta no lugar designado, dentro de oito dias, findo o prazo de trânsito ou férias.
- II.** deixa de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação ou em que é declarado o estado de sítio ou de guerra.
- III.** tendo cumprido a pena, deixa de se apresentar, dentro do prazo de oito dias.
- IV.** consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.

Após a análise dos itens, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Apenas um item está correto.
- B) Apenas dois itens estão corretos.
- C) Apenas três itens estão corretos.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Todos os itens estão incorretos.

44. Com base na lei 13.869, de 05 de setembro de 2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.
- B) Será admitida ação privada, se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- C) A ação privada subsidiária (quando cabível) será exercida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data em que ocorreu o crime de abuso de autoridade.
- D) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade, quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- E) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

45. De acordo com o Código Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), assinale a alternativa CORRETA. “Deixar de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo, ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente”, **corresponde ao crime de**

- A) Prevaricação.
- B) Peculato.
- C) Omissão de Missão Militar.
- D) Condescendência Criminosa.
- E) Abuso de Confiança ou má-fé.

46. De acordo com o Código de Processo Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), analise a seguinte assertiva: Conforme EXPRESSAMENTE previsto na referida norma, os casos omissos neste Código serão supridos, EXCETO

- A) pela legislação de processo penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar.
- B) pela jurisprudência.
- C) pelos usos e costumes militares.
- D) pelos princípios gerais de Direito.
- E) pela doutrina.

47. De acordo com o Código de Processo Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), assinale a alternativa CORRETA.

- A) O processo penal militar reger-se-á pelas normas contidas neste Código, apenas em tempo de paz, salvo legislação especial que lhe for estritamente aplicável.
- B) Nos casos concretos, se houver divergência entre essas normas e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as primeiras.
- C) Aplicam-se, subsidiariamente, as normas deste Código aos processos regulados em leis especiais.
- D) A lei de processo penal militar deve ser interpretada no sentido literal de suas expressões. Os termos técnicos não de ser entendidos em sua acepção especial, ainda que evidentemente empregados com outra significação.
- E) Admitir-se-á a interpretação extensiva ou a interpretação restritiva, quando for manifesto, no segundo caso, que a expressão da lei é mais estrita e, no primeiro, que é mais ampla, do que sua intenção.

48. Conforme o Código de Processo Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), assinale a alternativa CORRETA. A designação de escrivão para o inquérito caberá ao respectivo encarregado, se não tiver sido feita pela autoridade que lhe deu delegação para aquele fim, recaindo em

- A) capitão, segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial, e em sargento, subtenente ou suboficial nos demais casos.
- B) capitão, segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial superior, e em sargento, subtenente ou suboficial nos demais casos.
- C) segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial superior, e em sargento, subtenente ou suboficial nos demais casos.
- D) capitão, segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial superior, e em sargento, subtenente ou suboficial nos demais casos.
- E) segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial, e em sargento, subtenente ou suboficial nos demais casos.

49. Com base no Código de Processo Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), assinale a alternativa CORRETA. As testemunhas e o indiciado, exceto em caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, devem ser ouvidos

- A) durante o dia, em período que medeie entre as sete e as dezoito horas.
- B) durante o dia ou a noite, em período que medeie entre as seis e as dezoito horas.
- C) durante o dia ou a noite, em período que medeie entre as sete e as vinte horas.
- D) durante o dia ou a noite, em período que medeie entre as seis e as vinte horas.
- E) durante o dia, em período que medeie entre as seis e as vinte horas.

50. Com base no Código de Processo Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), analise a assertiva a seguir: Prisão provisória é a que ocorre durante o inquérito, ou no curso do processo, antes da condenação definitiva.

Sobre isso, assinale a alternativa que NÃO corresponde ao previsto na referida norma.

- A) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente.
- B) A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente levada ao conhecimento da autoridade judiciária competente, com a declaração do local onde se acha sob custódia e se está, ou não, incomunicável.
- C) A prisão de militar deverá ser feita por outro militar de posto ou graduação superior; ou, se igual, mais antigo.
- D) Se, ao tomar conhecimento da comunicação, a autoridade policial verificar que a prisão não é legal, deverá relaxá-la imediatamente.
- E) Se o capturando estiver em lugar estranho à jurisdição do juiz que ordenar a prisão, mas em território nacional, a captura será pedida por precatória, da qual constará o mesmo que se contém nos mandados de prisão; no curso do inquérito policial militar, a providência será solicitada pelo seu encarregado, com os mesmos requisitos, mas por meio de ofício, ao comandante da Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea, respectivamente.

LEGISLAÇÕES PERTINENTES AOS MILITARES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

51. Com fundamento na Lei 6.783, de 16 de outubro de 1974 – Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar.
- B) A hierarquia policial-militar é a ordenação de autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um diferente posto ou de uma diferente graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação.
- C) Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.
- D) A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, entre policiais-militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.
- E) Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os policiais-militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

52. Com fundamento na Lei 6.783, de 16 de outubro de 1974 – Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco, o “CAPITÃO PM” faz parte do seguinte Círculo Hierárquico:

- A) Oficiais Superiores.
- B) Oficiais Subalternos.
- C) Oficiais Intermediários.
- D) Oficiais Especiais.
- E) Oficiais de Transição.

53. Conforme EXPRESSAMENTE previsto na lei 6.783, de 16 de outubro de 1974 – Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco, o extravio do policial- militar da ativa acarreta interrupção do serviço policial-militar com o consequente afastamento temporário do serviço ativo, a partir da data em que ele for oficialmente considerado extraviado, o desligamento do serviço ativo será feito

- A) 4 (quatro) meses após a agregação por motivo de extravio.
- B) 6 (seis) meses após a agregação por motivo de extravio.
- C) 1 (um) ano após a agregação por motivo de extravio.

- D) 2 (dois) anos após a agregação por motivo de extravio.
 E) 3 (três) anos após a agregação por motivo de extravio.

54. Conforme a Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa, “Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades”, configura ato

- A) de Improbidade Administrativa que Atenta Contra os Princípios da Administração Pública.
 B) de Improbidade Administrativa que Causa Prejuízo ao Erário.
 C) de Improbidade Administrativa que Importa Enriquecimento Ilícito.
 D) de probidade administrativa.
 E) atípico.

55. Conforme a Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa, a autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.

O referido afastamento será de

- A) até 30 (trinta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.
 B) até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.
 C) até 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.
 D) até 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.
 E) até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.

56. De acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o Acesso à Informação, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito.
 B) Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.
 C) É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.
 D) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá em prazo não superior a 10 (dez) dias.
 E) A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

57. De acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o Acesso à Informação, no que diz respeito ao tópico “Dos recursos”, no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de

- A) 10 (dez) dias a contar da sua ciência.
 B) 20 (vinte) dias a contar da sua ciência.
 C) 30 (trinta) dias a contar da sua ciência.
 D) 60 (sessenta) dias a contar da sua ciência.
 E) 100 (cem) dias a contar da sua ciência.

58. De acordo com a lei Estadual nº 13.314, de 15 de outubro de 2007, e alterações – que dispõe sobre o assédio moral no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco, julgue os itens abaixo:

- I.** O assédio moral praticado por servidor de qualquer nível funcional deve ser punido, conforme o caso, na forma disciplinada na legislação aplicável aos servidores públicos civis ou nas Leis trabalhistas.
- II.** Por iniciativa do servidor ofendido ou pela ação da autoridade conhecedora do assédio moral, será promovida sua imediata apuração por sindicância ou processo administrativo, com a indicação, se houver, das testemunhas do ocorrido.
- III.** É garantido ao servidor acusado da prática de assédio moral o direito de plena defesa diante da acusação que lhe for imputada, nos termos das normas específicas de cada órgão da administração ou fundação, sob pena de nulidade.

IV. As denúncias anônimas sobre assédio moral endereçadas ao órgão, poderão ser devidamente apuradas e, desde que devidamente motivado, ensejarão a abertura de processo administrativo disciplinar.

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Apenas um item está correto.
- B) Apenas dois itens estão corretos.
- C) Apenas três itens estão corretos.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Todos os itens estão incorretos.

59. De acordo com a lei Estadual nº 13.314, de 15 de outubro de 2007, e alterações – que dispõe sobre o assédio moral no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco, o assédio moral deve ser compreendido e considerado de acordo com a seguinte classificação:

- A) vertical descendente, vertical ascendente, horizontal, misto e passivo.
- B) vertical descendente, vertical ascendente, horizontal e passivo, apenas.
- C) vertical descendente, misto e passivo, apenas.
- D) vertical descendente, vertical misto, horizontal e passivo.
- E) vertical misto, vertical passivo e horizontal.

60. De acordo com a Instrução normativa para a elaboração de sindicância para os militares estaduais de Pernambuco (Instrução Normativa nº 02 / 17 – Corregedoria Geral da SDS), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A qualificação e o interrogatório do imputado, não havendo diligência pendente, serão realizados após a inquirição da última testemunha de defesa
- B) Ao final da audiência de qualificação e interrogatório, no mesmo termo de audiência, deverá a Comissão processante ou o Oficial encarregado do PL intimar o processado para receber o Despacho de Indiciação e, em decorrência, oferecer as Alegações Finais no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis.
- C) O Despacho de Indiciação deve conter, circunstanciadamente, os fatos que pesam em desfavor do imputado, contidos na Notificação Disciplinar, bem como tudo quanto mais foi revelado nos autos, se houver.
- D) Para fins da presente Instrução Normativa, os prazos serão contados excluindo-se o dia do vencimento e incluindo-se o do início.
- E) Recebidos os autos, a autoridade competente dará solução ao processo ou determinará que sejam feitas diligências complementares, fixando o prazo de até 20 (vinte) dias, o qual poderá ser prorrogado, mediante decisão fundamentada, pelo prazo necessário à efetivação das diligências.

DIREITOS HUMANOS

61. De acordo com Valério de Oliveira Mazzuoli, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é a “pedra fundamental” do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, “uma vez que foi o primeiro instrumento internacional a estabelecer os direitos inerentes a todos os homens e mulheres, independentemente de quaisquer condições, como raça, sexo, língua, religião etc” (In: Curso de Direitos Humanos. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense/Método, 2022).

Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, NÃO é correto afirmar que

- A) toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, inclusive a correspondente ao ensino superior.
- B) o direito ao asilo não pode ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.
- C) toda a pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.
- D) toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.
- E) toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas, mas ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

62. Quanto à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é CORRETO afirmar que

- A) pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de curto ou de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.
- B) os Estados Partes tomarão medidas apropriadas no sentido de fornecer às pessoas com deficiência, prontamente e sem custo adicional para as declaradamente pobres na forma da lei, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência.
- C) os Estados Partes devem obrigar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência.
- D) os Estados Partes tomarão medidas efetivas e apropriadas para eliminar a discriminação contra pessoas com deficiência, em todos os aspectos relativos a casamento, família, paternidade e relacionamentos, em igualdade de condições com as demais pessoas, de modo a assegurar que seja reconhecido o direito das pessoas com deficiência, em idade de contrair matrimônio, de casar-se e estabelecer família, ainda que a deficiência impeça a manifestação livre e plena do consentimento.
- E) os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais de língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público.

63. No tocante à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, NÃO é correto afirmar que

- A) a Convenção outorga à mulher os mesmos direitos que ao homem no que diz respeito à nacionalidade dos filhos.
- B) a Convenção garante expressamente que nem o casamento com um estrangeiro, nem a mudança de nacionalidade do marido durante o casamento modifiquem automaticamente a nacionalidade da esposa, convertam-na em apátrida ou a obriguem a adotar a nacionalidade do cônjuge.
- C) a Convenção obriga expressamente os Estados-Partes a não aplicarem em seu território a pena de morte às mulheres durante a gravidez.
- D) a Convenção determina aos Estados-Partes a adoção de medidas apropriadas para modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres.
- E) se considera “discriminação contra a mulher” toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

64. Considerando a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, analise as afirmativas abaixo acerca do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

- I.** O Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência deve ter, no mínimo, 12 e no máximo 18 membros.
- II.** Os membros do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência atuarão por representação governamental e apresentarão elevada postura moral, competência e experiência reconhecidas no campo abrangido pela Convenção.
- III.** É reconhecida a competência do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para receber e considerar comunicações submetidas por pessoas ou grupos de pessoas, ou em nomes deles, sujeitos à sua jurisdição, alegando serem vítimas de violações das disposições da Convenção pelo referido Estado Parte. O Comitê deverá admitir tais comunicações, ainda que a mesma matéria esteja sendo examinada sob outro procedimento de investigação ou resolução internacional.
- IV.** Considerar-se-á inadmissível a comunicação ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, submetidas por pessoas ou grupos de pessoas, ou em nomes deles, sujeitos à sua jurisdição, alegando serem vítimas de violações das disposições da Convenção pelo referido Estado Parte, quando não tenham sido esgotados todos os recursos internos disponíveis, salvo no caso em que a tramitação desses recursos se prolongue injustificadamente, ou seja improvável que se obtenha com eles solução efetiva.

Estão CORRETAS

- A) I e IV, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

65. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê expressamente

- A) o direito a um salário mínimo, fixado em lei, que atenda as necessidades vitais básicas do trabalhador e as de sua família.
- B) o direito ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- C) a vedação da pena de morte e das penas perpétuas.
- D) a vedação da tortura e da imposição de penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- E) a proibição da prisão civil por dívida, salvo a do depositário infiel.

66. Trata-se de instrumento internacional celebrado entre os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e que foi aprovado em 18 de setembro de 1979. Consagra, na seara internacional, o duplo dever dos Estados de erradicar a discriminação contra a mulher e de garantir sua igualdade em relação aos homens. Neste diapasão, permite as denominadas “discriminações positivas”, autorizando os Estados à adoção de medidas temporárias, a fim de acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher.

É CORRETO afirmar que o enunciado refere-se

- A) à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.
- B) à Declaração de Pequim.
- C) à Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada.
- D) à Lei Maria da Penha.
- E) à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

67. Em relação à legislação e aos Direitos Humanos no Brasil, a Constituição Federal de 1988 determina que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. São Tratados Internacionais de Direitos Humanos com status equivalente ao de emenda constitucional:

- A) a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- B) a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de intolerância.
- C) a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos.
- D) a Convenção relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional e o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos.
- E) a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

68. Analise as afirmações abaixo em matéria de direitos humanos:

- I.** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos.
- II.** A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância dos direitos da pessoa humana.
- III.** O Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos.
- IV.** Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de advocação de competência para o Supremo Tribunal Federal.

Tendo em vista as regras e os princípios constitucionais pertinentes à proteção dos direitos humanos, estão CORRETAS as afirmativas

- A) I, II e III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) II e III, apenas.

69. Um dos documentos mais significativos do século XX é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

É CORRETO afirmar que o preâmbulo considera que

- A) os direitos humanos devem ser garantidos apenas aos países signatários de tratados com a Organização das Nações Unidas.
- B) ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- C) ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- D) toda pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
- E) é essencial a proteção dos direitos humanos mediante um regime de direito, para que a pessoa humana não seja forçada, em recurso extremo, à revolta contra a tirania e a opressão.

70. Analise as assertivas abaixo:

- I.** O reconhecimento de que mulheres e meninas com deficiência estão frequentemente expostas a maiores riscos, tanto no lar como fora dele, de sofrer violência, lesões ou abuso, descaso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração.
- II.** O destaque para a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero aos esforços para promover o pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais por parte das pessoas com deficiência.
- III.** A garantia de que as crianças com deficiência tenham o direito de expressar livremente sua opinião sobre todos os assuntos que lhe disserem respeito, tenham a sua opinião devidamente valorizada de acordo com sua idade e maturidade, em igualdade de oportunidades com as demais crianças, e recebam atendimento adequado à sua deficiência e idade, para que possam exercer tal direito.
- IV.** O reconhecimento e promoção do uso de línguas de sinais.

É CORRETO afirmar que correspondem a considerandos constantes expressamente do Preâmbulo da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência os enunciados:

- A) I e II, apenas.
 - B) III e IV, apenas.
 - C) I, III e IV, apenas.
 - D) I e III, apenas.
 - E) II e IV, apenas.
-

BLOCO III - PROVA DISCURSIVA

Polícia Militar leva música e reforço do policiamento para as ruas durante a pandemia do coronavírus

O projeto “Policiamento Musical Solidário” teve início na noite dessa quinta-feira (2), nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Santa Luzia. Ele funciona com policiais passando em rondas na viatura e usando um aparelho sonoro para reforçar as orientações de ficar em casa. Em algumas ruas, após a passagem, o trajeto é percorrido por policiais com instrumentos musicais, tocando ritmos nacionais e internacionais para levar música às pessoas que estão dentro de suas residências, como forma de agradecimento.

Paralelo a essa atividade de orientação, equipes realizam rondas e fazem ocupações estratégicas em locais mapeados pelas Coordenadorias de Estatística e de Inteligência, para evitar casos de assaltos a pessoas, a entregadores de alimentos, aos estabelecimentos de serviços essenciais (unidades de saúde, farmácias, supermercados e postos de combustíveis) e arrombamentos de lojas.

<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/policia-militar-leva-musica-e-reforco-do-policamento-para-as-ruas-durante-a-pandemia-do-coronavirus>

Sobre essa temática, produza um texto dissertativo que contenha, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas. Ao final, o texto deverá ser transcrito para uma folha-resposta de leitura ótica específica.

RASCUNHO

QUADRO DE OFICIAIS MÚSICOS - QOMus